

CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DA HISTÓRIA E DA HISTORIOGRAFIA EDUCACIONAL SERGIPANA SOB A ÓTICA DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM LAGARTO-SE (1795-1924)

Claudefranklin Monteiro Santos*

(franklinmonteiro@oi.com.br – franklin.monteiro@hotmail.com).

RESUMO

Estudo reflexivo a respeito da formação histórica do processo educacional em Lagarto-
Se, à luz da teoria da história e da historiografia sergipana, com vistas a resgatar a
memória de agentes e instituições escolares entre os séculos XIX e primórdios do XX, a
exemplo de Padre José Álvares Pitangueira e do Grupo Escolar Sílvio Romero naquele
município tricentenário, cujas informações a respeito carecem de maior fundamentação
histórica e de mais pesquisas sob a perspectiva interiorana de Sergipe.

PALAVRAS-CHAVE: Historiografia sergipana, história da educação em Lagarto, Padre
Pitangueira e Grupo Escolar Sílvio Romero.

* Graduado em História e Mestre em Educação pela UFS. Escritor e Historiador Lagartense.
Professor Efetivo do Departamento de História da Universidade Federal de Sergipe. Membro,
na qualidade de pesquisador, do Grupo de Pesquisa Culturas, Identidades e Religiosidades
(DHI-UFS).

Entre os vários conceitos aqui trabalhados, interessa-nos, sobretudo, os de representação e práticas culturais. Tais conceitos estão presentes em estudos de História Cultural, os quais vêm dando suporte aos últimos trabalhos em história da educação brasileira, especialmente em Sergipe. Tal procedimento teórico-metodológico permite a ampliação das possibilidades de pesquisa, frente à variedade de objetos e fontes.

Para tanto, faz-se necessário ressignificar o valor da categoria cultura nos estudos de história da educação em Sergipe. A investigação histórica nos moldes orientados pela história cultural permite mergulhar no universo escolar de outros tempos, capacitando o pesquisador e aguçando seu olhar e escrita frente à necessidade de entender e explicar a formação das representações de escola, de educação e de aprendizagem construídas num determinado contexto.

Tobias foi um dos primeiros defensores do legado da cultura pela educação na história, desqualificando as explicações e afirmações eugênicas de superioridade da raça branca e inferioridade das demais. Assim, a seu ver, a cultura não era um elemento de herança biológica, mas sim de aquisição por meio da aprendizagem e do saber. Prova disso é que muitos mestiços e até mesmo negros conseguiram produzir exímios nomes e representantes da inteligência humana. Nesse sentido, afirma Sobrinho: “(...) *o talento não tem pátria, vive onde viceja a cultura, florescida pela riqueza*”.¹

A cadeia que forma a história está repleta de aparências que escondem as verdadeiras intenções dos mortais. Formada por projeções do real, a cultura esconde ou escamoteia aquilo que é mais natural no homem, que entre outras coisas encontra-se inserido numa teatralização social, confundida, às vezes, ou quase sempre com cultura.

Entre os vários pontos levantados por Roger Chartier em “História Cultural: Entre Práticas e Representações”, alguns merecem atenção neste aspecto aqui alentado, dos quais, a discussão sobre verdade, que para o autor é aquilo que é socialmente posto. Este conceito chama a atenção pelo fato de o mesmo se aproximar do que entendo por falseamento da realidade que se coaduna com o de teatralização do real. É como se as representações fossem nada mais que a própria realidade em si. Segundo Chartier, o fato é a sua representação, podendo estar mais próximo ou não daquele.

¹ SOBRINHO, Sebrão. Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju, 1941. p. 5.

Neste aspecto, a função ou missão do historiador passa a ser a capacidade de ver, justamente o que está entre o representante e o representado. É o que se chama de interpretação da realidade ou objetivação histórica.

O autor ainda fala da questão da apropriação da representação, que varia de acordo com o uso que se faz da mesma. Nessa medida, a representação passa a corresponder aos interesses e propósitos de um grupo ou pessoa. Para ele, por exemplo, o que diferencia, portanto, povo e elite é a maneira como estes se apropriam dessa representação, já que ambos são resultantes de um mesmo processo representativo.

Isto, como o próprio Chartier afirma, não nos permite assumir a nossa condição de ser independente de nossas representações. É aí, portanto, que insisto na questão do falseamento da realidade, entenda-se também das pessoas, que passam a ser aquilo que não são ou não querem ser, porque estão inseridos dentro de determinados padrões de comportamento que respondem a uma representação do real, e não a ela em si mesma, ou seja, são produtos, sem querer ser determinista, de uma cultura.

No ano de 1962, a professora Thétis publica o seu segundo trabalho, primeiro na área educacional - "Ensino Secundário e Sociedade Brasileira" - editada pelo MEC/ISEB. Nesse texto lança uma de suas principais idéias sobre a questão educacional: a educação no país, desde os primórdios de nossa colonização, sempre constitui o reflexo de sistemas vigentes em outras terras, próprios de outros povos, ou seja, não original e remetente à realidade. Além do mais, representa uma educação que representava os interesses de uma classe dominante.

No prefácio dessa obra, aquele que mais influência exerceu sobre a historiadora, Nelson Werneck Sodré, afirma que a professora Maria Thetis Nunes "*não está entre aquelas pessoas ingênuas que admitem a educação como chave de todos os problemas... Não, ela sabe, por ser professora e por ser quem é, que os sistemas educacionais são consequências e não causa*". (pp. 8-9) Tire-se daí a seriedade com que ela tratava o assunto.

Em 1984, Thetis lança o clássico "História da Educação em Sergipe". No prefácio, escrito por José Sebastião Wittter, algumas reflexões merecem destaque. O autor ressalta a importância do trabalho da pesquisadora sergipana, na medida em que os dados colhidos e analisados vêm mostrar de que forma eram tratados os problemas educacionais em Sergipe, dos primórdios da Colônia até o final da chamada República

Velha, em 1930. Nesse sentido, afirma seu prefaciador, é possível também entender e compreender a própria trajetória da nação, marcada pela “atração do centro”. Sim, pois a postura adotada ao longo da história educacional sergipana (como reflexo da nacional) foi determinada pela implementação de ações educativas de política pública que impunham um padrão incompatível com a realidade local.

Entendo a educação como um fato social, a professora propõe-se estudar a educação em Sergipe ligada à estrutura sócio-econômica, alertando o leitor para a possibilidade da melhoria frente a superação natural do processo histórico. Acusa e denuncia a chamada educação alienígena que sempre pesou sobre as ações educativas dos governos brasileiros e sergipanos, o quê teria prejudicado o avanço de certas iniciativas, como as dos liceus, aqui estudados sob a ótica do exemplar lagartense.

Os trabalhos da professora Thétis acima mencionados são de fundamental ajuda para qualquer pesquisador de história da educação, no sentido de nortear as reflexões em torno do processo de implantação da educação em Sergipe, especialmente ao nível do ensino secundário durante o período provincial e entender as representações de escolar construídas ao longo de sua história.

Estudar a cultura brasileira em seus pormenores é, certamente, revelar surpresas. Nem sempre o que parece óbvio é o verdadeiro. Por detrás de uma carapaça de histórico e concreto, há enes projetos políticos e ideológicos, que se mesclam quase que perfeitamente com as intenções pedagógicas de então, ditas como politicamente corretas.

O século XIX é, dessa maneira, o maior expoente dessa ocultação de idéias que fora feita para responder a um projeto que tinha cunho não só político, como pedagógico.

Durante anos, a geração chamada escolanovista se auto-codominou como a pioneira de uma educação nova, para frente, típica dos novos tempos que se firmaram com a Primeira República. Portanto, deu-se a impressão de que esse quê de modernidade só se colocava como novo e autêntico com aquela geração.

Isto, com certeza, deixaram incongruências explicativas no que concerne à verdadeira contribuição dos pensadores do século XIX, numa ardilosa artimanha de ocultação ideológica que durou anos no campo da pesquisa educacional no Brasil.

Para tanto, parece muito salutar para essa reflexão ora ensejada, que se volta para uma situação específica do século XIX em Lagarto-SE, a análise do Prof. Dr. Jorge Carvalho do Nascimento em seu livro “A Cultura Ocultada”, em que o mesmo revela, em detalhes e com forte evidenciação histórica, a sagacidade dos ocultadores em esconder a valiosa contribuição da Escola do Recife, por exemplo, consubstanciada em seus maiores representantes de origem sergipana: Sílvio Romero e Tobias Barreto. Os mais otimistas jamais teriam percebido que o século XIX supera a visão centralista dos escolanovistas. A produção cultural desse período estava longe de ser reduzida ao meramente tradicional ou não inovador, deixando entrever, desde então, uma concepção modernizada de educação na sociedade brasileira que não vingou por não corresponder às intenções ideológicas-políticas da época.

Desse trabalho, pode-se depreender uma série de questões que fundamentam boa parte de nossas preocupações aqui. Primeiro, a necessidade urgente de se rever a pesquisa educacional brasileira, pois, se acredita, haver muito por revelar ou desocultar. A impressão que se tem é a de que quanto mais se pesquisa, menos se sabe. Segundo, a superação da análise presentista nas pesquisas; há que se procurar rever as questões e os interesses em torno do objeto, que tipo de teor histórico deve ser dado ao objeto. Terceiro, a superação do estilo biográfico de se ater a determinados autores de extrema importância para a história da educação brasileira, sem incorrer no risco do endeusamento do personagem, partindo do pressuposto de que o ser em questão reflete uma época, marcada por uma determinada forma de pensar e agir. E por fim, revermos até paradigmas, perguntar de outra forma para encontrar novas coisas, que há muito estão ou estavam ocultas na educação e na história sergipanas.

Nesse sentido, entre os estudiosos de História da Educação, o destaque vai para o Prof. Jorge Carvalho do Nascimento. O autor defende a necessidade de se centrar as preocupações da historiografia no século XIX, sobretudo em Sergipe. Ressalta, ao longo de boa parte de seus trabalhos, a importância da recuperação, via pesquisa, da mentalidade que norteou autoridades, intelectuais e professores em suas práticas de educação. O presente trabalho se norteia por esse viés, com vistas a contribuir com as discussões em torno da historiografia sergipana voltadas para o século XIX e gestadas sob as hostes do império brasileiro.

Em que pesem tais considerações, em Lagarto-SE, as informações sobre a História da Educação são quase que nulas, sem falar que paira sobre ela uma obscuridade entre os anos 1870 e 1924, entre outros hiatos e lacunas. Nesse sentido, o presente texto abre espaço para se buscar responder à necessidade de resgatar a memória de instituições educacionais e de práticas escolares em Sergipe, especialmente naquele município, onde, não fossem as iniciativas dos historiadores Maria Thétis Nunes e Luiz Antônio Barreto, pouco ou quase nada se saberia. Com isso, pretendemos também contribuir com o debate sobre a história e a historiografia da educação em Sergipe, com um enfoque mais interiorano.

A julgar pelos dados constantes na historiografia sergipana, especialmente em História da Educação em Sergipe, da professora Maria Thétis Nunes, ações educativas em prol da Vila de Lagarto, fundada por volta do ano 1698, só começam a ganhar corpo a partir da primeira metade do século XIX.

Apesar de contribuir com 81\$335 para o chamado Subsídio Literário na Comarca de Sergipe, entre os anos de 1795 e 1797, a Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto não possuía nenhuma iniciativa governamental para a instrução pública. Situação essa, que não se alterou nos anos seguintes, conforme atesta D. Marcos Antônio de Souza em 1808 ao se referir à Vila do Lagarto, afirmando que até aquele presente momento não havia um mestre público sequer para ensinar os incultos.

O quadro educacional lagartense só começa a mudar a partir de 1820, quando a Capitania de Sergipe Del Rei, por Carta de D. João VI, torna-se independente da Bahia. A Vila de Lagarto, a exemplo de outras sete vilas da recém criada Província de Sergipe, passa a possuir Aulas de Gramática Latina.

De acordo com o Ato de 30 de março de 1829, do Presidente Inácio José Vicente da Fonseca, estabelecendo a Relação dos Indivíduos Providos nas diversas cadeiras de Primeiras Letras, o Sr. José Francisco Gonçalves, da Vila do Lagarto, recebia, na condição de professor, uma quantia de 240\$000. (NUNES, 1984:45).

Vale destacar, também, que nessa época as Câmaras Municipais exerciam um papel importante, no sentido de fiscalizar as ações dos educadores e de prover melhorias no ensino, não permitindo que os Padres, especialmente estes, não prevaricassem na responsabilidade de educar.

Nesse sentido, é notória e até inegável, ao longo da formação da Igreja Católica no Brasil, a importância do Padre ou Pároco/Vigário para uma Vila ou Cidade. Além de curador de almas e guia espiritual, entre os séculos XIX e XX, ele assume, por vezes, papéis civis, como o de chefe político. Esse papel do padre secular nas ações educativas na Província de Sergipe pode ser atestado pela professora Thetis, quando esta o destaca como sendo um elemento fundamental na história da educação sergipana. Afirma ainda, que muitos deles se inseriam com tanta força no cotidiano das pessoas, que por vezes chegava a constituir famílias, de onde teriam saído filhos que mais tarde seriam de grande projeção intelectual. (NUNES, 1984:34-35).

Em Lagarto não foi diferente. Embora não tivesse constituído família na vila (até que se prove o contrário), a educação lagartense dá um salto de qualidade a partir da chegada de Padre José Álvares Pitangueira.

Nascido no povoado Hospício, berço dos Távoras, Covento (hoje Indiaroba), no dia 4 de dezembro de 1812, José Álvares Pitangueira era filho de Antônio Alves Pitangueira e Dona Margarida Francisca de San-José. Foi o primeiro redator do Recopilador Sergipano (com 20 anos), fundado pelo Monsenhor Antônio Fernandes da Silveira (1832). Em 1833 faz concurso à cadeira de Latim para a Vila de Lagarto, ocupando a vaga de seu primo o Padre José Francisco Gonçalves no dia 11 de junho. Sua ordenação ocorreu em 23 de abril de 1843. Entre os anos de 1848 e 1849, ocupou a cadeira no Parlamento Sergipano. Para Sobrinho, Pitangueira foi um prodigioso, pois aos vinte um anos, incompletos, já era professor do secundário e aos trinta, padre (1941:47).

Eleito deputado provincial para o biênio 1858-1859, não chega a gozar da função plenamente, falecendo após grave enfermidade no dia 19 de fevereiro de 1858 na Bahia, aos 45 anos de idade, apesar dos esforços de recuperação da saúde feitos em Salvador, com recursos minguados, dadas as seguidas perseguições políticas que havia sofrido.

Na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, Pitangueira atuou, também, como cronista e político na segunda metade do século XIX, em plena disputa nacional entre Liberais e Conservadores. Homem de posições firmes e colocações entusiasmadas, teve sua carreira política em Lagarto marcada pela perseguição implacável de seus adversários, que em grande parte não admitiam seu sucesso junto ao eleitorado lagartense.

Adalberto Fonseca, incansável cronista e pesquisador de Campo do Brito, radicado em Lagarto por volta dos anos 60, em seu livro História de Lagarto², tece vários comentários sobre o Padre Pitangueira. A propósito, é um dos estudiosos a usar a expressão Liceu Lagartense para se referir às ações educativas implementadas entre os anos 1824 e 1854, em Lagarto.

Segundo Fonseca, Pitangueira foi atuante nas várias instâncias da vida da Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto. Entre as várias atividades aqui expostas, ocupou a função de Conselheiro da Câmara de Consciência dos Vereadores, onde fora Presidente. Sua verve inflamada teria feito do Padre um colecionador de inimigos políticos, exemplo de Salvador Correa de Sá (Vice-presidente da Província) e o Dr. Benildes Romero (irmão de Sílvio Romero). Mesmo não chegando a alcançar a emancipação política de Lagarto, morrendo antes, foi um dos maiores defensores dessa idéia, tendo sido lembrado por ocasião do ocorrido no dia 20 de abril de 1880 e pela imprensa da época. (FONSECA: 83, 184)

Autêntico representante dos Cabaús, segundo Fonseca, Pitangueira chegou a ser preso por desavenças com o vigário da Vila de Lagarto, o contestado Padre Saraiva Salomão, com quem disputara o cargo de Presidente da Câmara de Consciência dos Vereadores. Na ocasião, segundo Fonseca, outro padre, que mais tarde faria uma considerável passagem pela Vila, Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro, teria usado de sua influência junto a Sua Majestade o Imperador D. Pedro II para soltar Pitangueira, no que fora atendido à contendo, para deleite da população lagartense que o venerava e para o acinte e acirramento do ódio do Padre Salomão. (2002: 236-238)

A esse respeito, o memorialista Severiano Cardoso assim se refere:

“O Padre Pitangueira, homem de grande talento e de grande astúcia, foi, talvez, o político militante de mais nomeada. (...) Traçava artigos tão virulentos que sua pena foi considerada um punhal eivado que vitimava o adversário do modo mais cruel que era possível imaginar-se. (...) Diz a tradição que em ocasião de ser preso por crime de responsabilidade vestia-se com sua batina e só assim apresentava-se aos executores das ordens, que não realizavam a prisão, porque naqueles tempos reputava-se sacrilégio por mãos em um sacerdote ... Informam, porém, pessoas menos supersticiosas que o atribulário

² FONSECA, Adalberto. História de Lagarto. Governo de Sergipe, 2002.

reverendo Pitangueira, apesar do seu encanto, foi preso algumas vezes.”³

Ainda sobre Pitangueira, Sobrinho relata: “(...) *Escrevia corretamente e era um dessassombrado no emitir suas opiniões, não dando quartel ao lado adverso, atirando-lhe pesados dardos com artigos farpantes, havendo sido processado e preso algumas vezes, sem que lhe abatesse o ânimo de bravo lidador*”. (1941:48)

Armindo Guaraná assim o descreve:

“(...) Foi político extremado, hábil jornalista e advogado de nota. Neste tríplice caracter sustentou freqüentes luctas na defesa das suas opiniões sem temer os ataques pessoaes do adversário. (...) Tendo se collocado numa posição de destaque no meio social em que sempre viveu, houve uma certa epocha em que o seu nome gosou de grande notoriedade em toda a provincia”.⁴

Apesar dos esforços despendidos pelo pesquisador Adalberto Fonseca, no que se referem ao Padre Álvares Pitangueira, alguns equívocos devem ser sanados, principalmente no que diz respeito a desencontros de datas que não estão de acordo com outras fontes aqui elencadas e usadas como suporte teórico-metodológico para o presente projeto de pesquisa. Quando trata do Liceu (às páginas 307 e 308), por exemplo, as contradições são maiores, o que por si só, já justificaria a iniciativa de nossa reflexão.

Segundo Sobrinho, o domínio da língua latina era um dos privilégios dos sergipanos (1941:43). A julgar por essa afirmação, depreende-se a importância dos estudos de latim na Vila do Lagarto à época do Padre Álvares Pitangueira. Uma análise aguçada sobre tal predica poderia trazer à lume algumas informações à respeito, sobretudo na Vila de Lagarto.

Os dados até então coletados dão conta de que a cadeira de Latim em Lagarto já existia desde 1824. Em 1844 foi extinta pela Resolução Provincial número 127 de 18 de março. Quatro anos depois, foi restaurada pela Resolução Provincial de número 221 de 22 de maio de 1848. Pitangueira reassume o posto em 12 de outubro de 1856. Em 1857,

³ CARDOSO, Severiano. Lagarto-Sergipe: História e Costumes. In: Almanaque Sergipano, Aracaju, p. 242-256, 1899.

⁴ GUARANÁ, Armindo. Dicionário Bibliográfico de Sergipe. Rio de Janeiro: Ed. do Estado de Sergipe, 1925. p. 157.

por força da Resolução Provincial número 479 de 28 de março, a cadeira de Latim é transferida para a Vila de Simão Dias, quando Pitangueira se vê obrigado a lecionar francês, percebendo 300\$0 de gratificação anual, que mal dava para seu sustento. Segundo Thétis, as aulas de latim interioranas apresentavam vida incerta, ora extintas e ora voltando a funcionar. Para a autora, em grande medida, a dissociação entre essas aulas e a realidade local foi um elemento determinante, principalmente, para a baixa frequência registrada. (1984:70) Aqui, interessa-nos, mais precisamente saber, haja vista que ainda existem lacunas a preencher, as razões dessas interrupções e quais os efeitos delas na educação local.

Ao se referir ao fracasso do Liceu Sergipano, a Prof^a Eva Maria Siqueira chama a atenção para um aspecto que em muito se encaixa com a realidade do que seria o Liceu Lagartense ou Casa do Padre:

“(...) o anseio por organizar aulas do ensino secundário persistia e apesar das iniciais tentativas de implantação não terem logrado êxito, continuavam os intelectuais de Sergipe a almejar a criação de uma instituição que pudesse agregar as novas gerações políticas e demais membros da burocracia local, reunindo em um só estabelecimento as matérias exigidas nos exames de preparatórios, de modo que “seus filhos não mais necessitassem sair dos limites do seu torrão natal”.⁵

Embora não concorde totalmente com a idéia de que em Lagarto teria funcionado um liceu, mas sim uma iniciativa local da Igreja Católica de fomento da educação das elites, o artigo de Luiz Antônio Barreto a respeito do Liceu Sergipense⁶ fornece valiosas pistas e orientações de como proceder nesse trabalho de garimpagem das ações educativas do Padre Pitangueira em Lagarto, sobretudo, em sua ênfase historiográfica aos chamados aspectos do cotidiano, procurando fazer um minucioso mapeamento da cultura escolar na Província de Sergipe do século XIX.

Com vistas a entender o processo de formação dos liceus em Sergipe, o trabalho da Prof^a Aristela Arestides Lima⁷ é de grande valia, ainda que a mesma não dedique

⁵ SIQUEIRA, Eva Maria. Imagens Imortalizadas pelas Palavras - Educar, n. 24, p. 227-244, Curitiba, Editora UFPR 2004. p. 228.

⁶ BARRETO, Luiz Antônio. O Liceu Sergipense. In: Revista do Mestrado em Educação, julho/janeiro. UFS, nº 5, p. 67-80.2002/2003.

⁷ LIMA, Aristela Arestides. A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1947-1855). São Cristóvão, 2005. (Dissertação de Mestrado – NPGED – UFS)

uma só linha a realidade lagartense, salvas as menções aos alunos ilustres do Liceu de Sergipe: Laudelino Freire e Monsenhor João Batista de Carvalho Daltro. Trata-se de um estudo dissertativo na área da história da educação cujo propósito maior é o de situar o Liceu Sergipense no debate sobre o processo de organização da instrução secundária na primeira metade do século XIX, na Província de Sergipe.

Ainda que o Liceu Lagartense não alcançasse a projeção que o Liceu de São Cristóvão tivera, é importante saber como ele se portou à época do Padre Álvares Pitangueira e porque razão influenciara tão decisivamente na formação de genialidades sergipanas a exemplo de Tobias Barreto de Menezes.

Segundo Sebrão Sobrinho, a chegada de Tobias a Vila de Lagarto ocorre em agosto de 1853. Num dado momento de sua obra, Sobrinho, ao usar a expressão “lhe renasce a fé”, o autor antecipa o que pretendemos averiguar nessa pesquisa: a proeminência do Padre Pitangueira sobre sua formação e, sobretudo em seu caráter.

Sobre isso, vale ressaltar que tal proeminência, marcada por maior liberdade, tivesse dado a Tobias a atitude de zombar dos mais velhos, fazendo esquecer-se da chamada “educação sertaneja” que recebera dos pais na antiga Campos. Sobrinho narra que enquanto esteve em Lagarto, Tobias vivia a infernizar a vida de uma pobre doida por alcunha de “Chica-pandeiro”, a qual não podia sequer ouvir falar do escárnio “pimenta”, fruto de uma brincadeira de mau-gosto que a haviam feito. (1941: 50-51).

Ainda assim, vale ressaltar que isto não lhe tirou a honradez no portar-se:

“Tobias Barreto de Menezes ainda que quisesse se acanalhar-se como figura desses grupos populares, não o conseteria o referido padre Pitangueira, responsável por êle, seu mestre, seu protetor e seu amigo, que o tinha como a filho e a quem mais acentuou os sazonados influxos daquela altivez flamante, espezinhadora, quando encontrava um aproado, sem valimento, a profetar-lhe sombra não era capaz, embora pensasse os que lhe não compreendia que isso, na essência, equivalia a uma fuga; de quem, auferira amor às letras para combater a toda espécie de bobos e aduladores, que tentassem faze-lo “servil”, atribuindo-lhe “oscilações” e “cálculos”, esmagando-os com sua superioridade cultural” (1941, p. 185)

Uma coisa é certa, a estada de Tobias em Lagarto, em companhia do Padre Pitangueira, embora curta (dois anos), lhe rendeu valiosos frutos e sucessos. Aos quinze anos, prestou concurso para a cadeira de Latim e passou, tendo ainda, substituído o

Padre Pitangueira várias vezes e tendo sido preceptor de primeiras letras a figuras locais importantes como Nilo Romero e José Dantas Silveira.

Nessa época, foi criada a Comarca de Lagarto, no dia 09 de maio de 1854, pela Resolução Provincial Número 379, quando por juiz era destacado o Dr. Manoel Garcez, de quem Tobias fora amigo, envolvido em querelas políticas a exemplo do Padre Pitangueira. Anos mais tarde, em sessão da Assembléia Legislativa Provincial de 06 de março de 1874, o filho do Dr. Manoel Garcez, em discurso emocionado, Dr. Martinho César da Silveira Garcez, fez questão de enaltecer a importância do Padre Álvares Pitangueira para gente sergipana e em especial para a Vila do Lagarto, destacando sua grandeza do talento, sua nobreza e sua altivez como mestre, qualificando como um guerreiro a lutar contra o servilismo e contra qualquer tipo de coação.⁸

No ano de 1850, o Presidente da Província de Sergipe, o Dr. João Amâncio Pereira de Andrade publicou a Resolução nº 259, de 15 de Março, que criou o cargo de Inspetor Geral. Entre suas funções estava a de, anualmente, expedir relatório circunstanciado da instrução pública, a fim de saber qual era o panorama da educação em Sergipe. Dr. Guilherme Rebelo foi o primeiro a ocupar a função, e em 08 de dezembro de 1850 expediu o primeiro relatório, apresentando alguns dados importantes em relação à educação em Lagarto. Ao destacar as vilas e pessoas capazes e possuidoras de qualidade, principalmente ao que concerne às aulas de latinidade, ressalta Lagarto e a ação educativa de Padre José Álvares Pitangueira. Por essa época, Miguel Teotônio de Castro era professor de Português no Liceu Lagartense – proveu cadeira em 2 de novembro de 1850, substituindo o professor Antônio Ricardo de Mártires (na cadeira desde 1829), o que ressalta o dinamismo daquele momento.

Entre os propósitos que norteiam o presente trabalho está o de inserir o Liceu Lagartense ou Casa do Padre nas discussões em torno da educação sergipana na construção do Estado brasileiro, sobretudo, ao nível da instrução secundária; além de identificar quais eram os princípios direcionadores do projeto de educação pensado e implantado para o Brasil e para a Província de Sergipe nos primórdios do período imperial e quais podem ser notados na organização daquela importante instituição escolar.

⁸ SOBRINHO, Sebrão. Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju, 1941. p. 191.

A validade do estudo da temática aqui apresentada se dá pela série de problemas que podem ser aventados por ele e que, salvaguardas as agruras típicas do pesquisador em educação, darão importantes contribuições para as discussões em torno da historiografia sergipana educacional. Considerando ser Lagarto uma vila sertaneja, sem muita ou quase nenhuma projeção nacional naquele momento, marcada pela simplicidade de sua gente, o quê justificaria a criação de um liceu para um povo que era mais voltado para a lida na terra do quê para as letras, salva raríssimas exceções como Sílvio Romero? Em se confirmando a informação do pesquisador Adalberto Fonseca sobre a localização espacial do liceu lagartense (atual Povoado Urubutinga), o quê explicaria o fato de não ter funcionado na sede da Vila? Considerando a ação significativa, desafiadora e conturbada do Padre José Álvares Pitangueira na Vila de Nossa Senhora da Piedade do Lagarto, no contexto educacional como teriam se processado as práticas e as representações culturais no embate entre a liberdade condicionada e a liberdade desejada, que tão marcadamente fez do ambiente pós Ato Adicional de 1834, um dos mais complexos da vida política brasileira?

Além disso, o que poderia se encarado como um problema de ordem conceitual, para nós é, no presente momento, um desafio historiográfico: a questão da categoria liceu atribuída à ação educativa do Padre Pitangueira em Lagarto. As fontes até então consultadas nos apontam caminhos para dirimir ou afirmar essa questão: teria efetivamente funcionado na Vila do Lagarto um liceu ou as iniciativas implantadas não teriam sido passadas de apenas mais uma tentativa fracassada de organização do ensino secundário na Província de Sergipe?

Em que pesem serem verdadeiras ou não as informações que confirmem a existência efetiva do Liceu Lagartense, o que se pode atestar preliminarmente é que as primeiras décadas do século XIX na Vila do Lagarto foram animadoras do ponto de vista da produção cultural, hajam vistas as ações educativas do Padre José Álvares Pitangueira, reconhecidas por documentos oficiais e por parte significativa da historiografia sergipana e nacional, a exemplo de Sílvio Romero, Sebrão Sobrinho, Armindo Guaraná, Junot Silveira, Omer Mont'Algre, Hildon Rocha, Vamireh Chacon, Paulo Dantas, Sílvio Augusto de Bastos Meira, Francisco Antônio de Carvalho Lima Júnior, Adalberto Fonseca, Thétis Nunes e Luiz Antônio Barreto.

A partir de então, sobretudo nos anos 1870, a história da Educação em Lagarto entra em estado de letargia e só volta a cena em 1924 com a criação do Grupo Escolar Sílvio Romero.

Idealizado para funcionar a primeira escola pública da história de Lagarto, o antigo prédio do Grupo Escolar Sílvio Romero, após ter sido uma cadeia, foi concebido na gestão do Governador Graccho Cardoso (1922-1926).

Adepto do ideário escolanovista propagado pelo chamado grupo dos Pioneiros da Educação, liderado pelo intelectual Fernando de Azevedo, Graccho Cardoso encampou uma profunda reforma educacional e cultural em Sergipe nos combalidos anos 20. O Estado, nessa época, deu um salto de qualidade, poucas vezes visto nas áreas descritas anteriormente. Praticamente todo o território sergipano foi beneficiado por suas ações mecênico-culturais. Prova disso, foi a queda substancial do índice de analfabetismo que beirava aos quase 70% em 1920, em Sergipe.

De acordo com estudioso Miguel André Berger, o Grupo Escolar Sílvio Romero foi planejamento para atender não só a uma concepção pedagógica de época, marcada pelo método intuitivo e pelo método analítico de ensino da leitura, mas também para enfatizar a feição monumentalizante da arquitetura de então, haja vista a presença marcante da águia, símbolo do governo Graccho, como um pássaro que enxerga longe e voa alto - pretensões ideológicas e guias daquela profícua administração estadual.

Seu esvaziamento educacional teria ocorrido em função de questões políticas. Os governos que se sucederam a Graccho, em especial até a primeira metade da década de 50, eram adeptos do getulismo, e como de praxe, tentaram apagar a memória das ações administrativas de seus inimigos políticos. Dos anos 60 aos anos 80, especialmente com a construção da nova sede do Grupo Sílvio Romero (mais moderno e mais amplo), na Av. Francisco Gracez (hoje Escola Estadual Sílvio Romero), o prédio foi de tudo um pouco: de local para aprendizagem de cursos de secretariado e de corte e costura a repartição pública (tanto estaduais como municipais). Por toda a década de 90 e início deste século, chegou a ser ponto de usuários de drogas e mendigos, dado o seu lamentável estado de abandono.

Inaugurado no dia 23 de dezembro de 1924, foi um dos oitos Grupos Escolares instalados no interior de Sergipe, num total de 10 em todo o Estado. Na administração do Secretário de Educação, o lagartense Luiz Antônio Barreto, foi reformado para

funcionar o Memorial de Lagarto (extinto), cuja missão deveria ser “(...) estudar os ciclos econômicos, a formação da propriedade agrícola e pastoril, a ocupação da terra, os métodos e técnicas agrícolas, a presença dos elementos formadores da sociedade e da cultura brasileiras especialmente localizadas em Sergipe”, segundo decreto 18.772 de 02 de maio de 2005.

Ao longo de seus mais de oitenta anos, o prédio já presenciou de tudo: do auge à decadência, bem como alguns respiros de renascimento. Hoje é sede da Biblioteca Pública Municipal, que leva o nome do ex-Prefeito José Vicente de Carvalho, localizado no antigo Largo do Rosário.

FONTES

- Acervo Geral – Clero (AG4 – 01-05) – 1825-1847 (Arquivo Público Estadual de Sergipe).
- CARDOSO, Severiano. Lagarto-Sergipe: História e Costumes. In: Almanaque Sergipano, Aracaju, p. 242-256, 1899.
- FRANCO, Candido Augusto Pereira. Compilação das Leis Provinciais de Sergipe (1835 a 1880). V. 1, A.H. Aracaju: Typ. de F. das Chagas Lima, 1979.
- GUARANÁ, Armindo. Dicionário Bibliográfico de Sergipe. Rio de Janeiro: Ed. do Estado de Sergipe, 1925.
- Relatório da Inspeção Geral das Aulas Públicas da Província de Sergipe apresentado em 8 de dezembro de 1850 pelo Inspetor o Dr. Guilherme Pereira Rebelo. Typ. Provincial de Sergipe - 1851.
- SOUZA, D. Marcos Antônio. Memória sobre a Capitania de Sergipe. Ano 1808. 2 ed. Aracaju, 1944.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- AZEVEDO, Fernando. As Origens das Instituições Escolares. In: A Cultura Brasileira. Parte 3. 3 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- BARRETO, Luiz Antônio. O Liceu Sergipense. In: Revista do Mestrado em Educação, julho/janeiro. UFS, nº 5, p. 67-80.2002/2003.
- BARRETO, Tobias; BARRETO, Luiz Antônio. A Crítica Política e Social. Rio de Janeiro: Editora Record ; [Brasília] : Instituto Nacional do Livro, Ministério da Cultura, 1990.
- _____. Crítica de Religião. Rio de Janeiro u.a. Ed. Record u.a. 1990.
- BARRETO, Tobias; CHACON, Vamireh; BARRETO, Luiz Antônio. Monografias em Alemão. Rio de Janeiro : Editora Record ; [Brasília, D.F.] : Instituto Nacional do Livro, Ministério da Cultura, 1990.
- BOMTEMPI, Bruno Júnior. História da Educação Brasileira: o terreno do consenso. São Paulo: PUC, dissertação de Mestrado, 1995.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.
- _____. *A Beira da Falésia: entre práticas e representações*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1988.
- DANTAS, Paulo. Tobias Barreto. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1952.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte*. Lisboa: Estampa, 1987.
- FONSECA, Adalberto. História de Lagarto. Governo de Sergipe, 2002.
- FONTES, José Silvério Leite. Cidades e Vilas de Sergipe no século XIX – Depoimentos. São Paulo, 1974.
- LIMA, Aristela Arestides. A Instrução da Mocidade no Liceu Sergipense: um estudo das práticas e representações sobre o ensino secundário na Província de Sergipe (1847-1855). São Cristóvão, 2005. (Dissertação de Mestrado – NPGED – UFS)
- NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A Cultura Ocultada*. UEL; Londrina: 1999.

- _____. Historiografia educacional sergipana: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação da UFS, 2003.
- _____. “Sobre o campo da História da Educação na Região Nordeste”. In: VASCONCELOS, José Gerardo e NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. História da Educação no Nordeste brasileiro. Fortaleza: Edições UFC, 2006. p. 29-43.
- _____. Intelectuais da Educação: Sílvio Romero, José Calazans e outros professores. Maceió: Edufal, 2007.
- MONT’ALEGRE, Omer. Tobias Barreto. Rio de Janeiro: Casa editora Vecchi Ltda., 1939.
- _____. A Vida Admirável de Tobias Barreto. Rio de Janeiro, Casa editora Vecchi Ltda. 1951
- MOTT, Luiz R. B. Sergipe Del Rey: população, economia e sociedade. Aracaju: Fundação Estadual de Cultura (Coleção Jackson da Silva Lima), 1986.
- NUNES, Clarice. História da Educação: Novas Abordagens de Velhos Objetos. in: Teoria da Educação. Rio de Janeiro, n. 6, 1992.
- _____. (Des)Encantos da Modernidade Pedagógica. In: 500 Anos De Educação No Brasil (org.) Eliane Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes de Faria Filho, Cynthia Greive Veiga, Belo Horizonte : Autêntica, 2000.
- NUNES, Maria Thetis. Ensino Secundário e Sociedade Brasileira.MEC/ISEB,1962.
- _____. História da Educação em Sergipe. Paz e Terra/governo do Estado de Sergipe/Universidade Federal de Sergipe, 1984.
- _____. Sergipe Colonial I. UFS; Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.
- THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- ROMERO, Sílvio. História da literatura brasileira. 7 ed. Rio de Janeiro: J. Olympio; Brasília: INL, 1980.
- ROMERO, Sílvio; BARRETO, Luiz Antônio. Estudos de Literatura Contemporânea. Rio de Janeiro: Imago; Aracaju: Universidade Federal de Sergipe, 2002.
- SIQUEIRA, Eva Maria. Imagens Imortalizadas pelas Palavras - Educar, n. 24, p. 227-244, Curitiba, Editora UFPR 2004.
- SOBRINHO, Sebrão. Tobias Barreto, o Desconhecido – Gênio e Desgraça. Vol. 1. Imprensa Oficial, Aracaju, 1941.
- _____. Cordialidade de Afonseca. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Aracaju, v. XVII, n. 22, p. 105-109, 1955-58.
- VIDAL, Diana Gonçalves e FARIA Filho, Luciano Mendes de. “História da Educação no Brasil: a constituição histórica do campo (1880-1970)”. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 23, nº 45. p. 37-70, 2003.